

Juros altos fazem dívida pública disparar

Débito em títulos do Governo passou de R\$ 61 bi para R\$ 304 bi em 3 anos

Flávia Oliveira

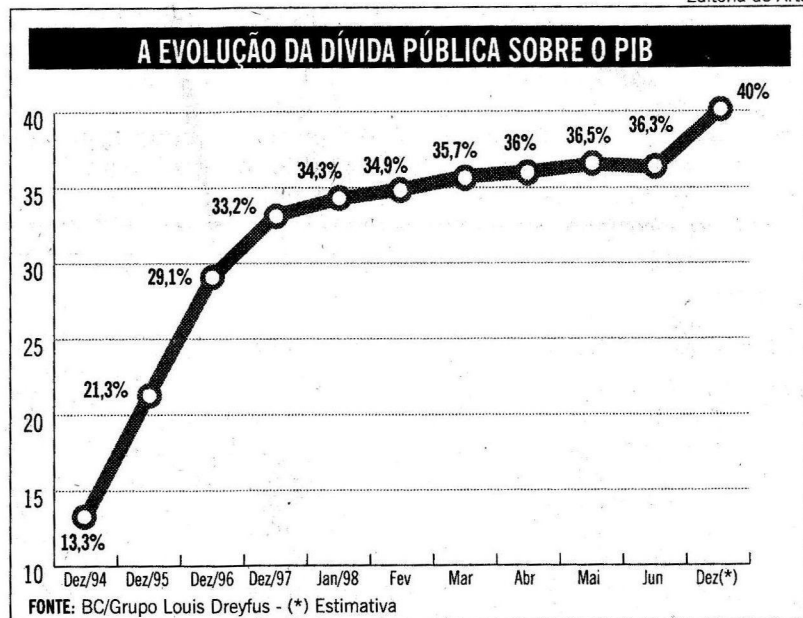
• Não será tarefa fácil para o presidente Fernando Henrique conseguir deter o crescimento da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), como ele prometeu em seu discurso. Afinal, desde o início do primeiro mandato, em janeiro de 1995, a dívida em títulos do Governo federal (sem incluir estados, municípios e estatais) saltou de R\$ 61 bilhões para R\$ 304 bilhões.

Quase todo esse aumento resulta da elevação dos juros no Brasil, hoje em 41% ao ano. Nos últimos anos, as taxas subiram em 1995, depois da crise do México; em outubro de 1997, com a derrocada das economias asiáticas; e no mês passado, depois que a crise russa contagiou a América Latina, e conseqüentemente, o Brasil.

Relação dívida/PIB vai pular de 12,3%, em 94, para 40%

Em outubro do ano passado, o Banco Central foi obrigado a dobrar os juros para conseguir manter o capital estrangeiro no país. Em setembro último, ele voltou a aumentar as taxas, para evitar o contágio da crise externa. Além de ter aumentado a dívida, o Governo também tornou esse endividamento mais perverso, porque trocou títulos prefixados (que rendem uma determinada taxa de juros combinada com o mercado) por títulos pós-fixados, que acompanham a evolução das taxas e, portanto, retiram qualquer risco dos investidores.

Nos últimos anos, com a estabilidade da moeda, o Brasil passou a atrair um volume crescente de capitais estrangeiros. Cada dólar que entra engorda as reservas



do país mas, ao mesmo tempo, ajuda a aumentar a dívida pública. É que cada dólar que entra e é convertido em real precisa ser retirado do mercado, para evitar que um excesso de oferta desvalorize a moeda nacional. Para retirar esse dinheiro de circulação, o Governo emite papéis.

Como o Governo toma dinheiro no mercado para se financiar, os juros cada vez mais altos acabaram elevando muito a relação entre a dívida e o PIB. Em dezembro de 1994, esse número estava em 12,3%. Em junho deste ano, atinge 36,3%. E estará em 40% no fim deste ano.

Para manter estável essa conta, o Governo tem três alternativas: aumentar o PIB — e, para isso, precisa estimular a economia — reduzir os juros e produzir superávit primário (gastar menos do que arrecada). A crise e o aumento dos juros empurraram a economia para uma recessão, e as previsões são de que haja que-

da real no PIB no ano que vem.

Os juros também não devem cair o suficiente para resolver o problemas. O economista Lauro Faria, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), calcula que se a taxa média de 1999 ficar em 20%, o déficit público será próximo de 6,7% do PIB (incluindo os gastos não financeiros, juros e correção monetária). O déficit cairia para algo próximo a 4% do PIB se os juros despendassem para 12% ao ano — fato nunca visto na História recente do país.

Só o ajuste fiscal fará Governo produzir superávit primário

Portanto, resta somente o ajuste fiscal, que vai fazer o Governo gerar superávit primário. Em dezembro de 1994, as receitas do Governo superavam as despesas correntes em 5,03% do PIB. Este ano, o déficit está em 1% do PIB. As medidas a serem anunciadas devem ser suficientes para gerar um superávit de 3%. ■